



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL



www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 25 de junho de 2026

CNTI CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

ENCONTRO REGIONAL CNTI SUL

PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL

25 DE JUNHO | **HORÁRIO: 10h** | **LOCAL:** RUA GASPAR MARTINS, 451 - CEP: 90220-160 - BAIRRO FLORESTA - PORTO ALEGRE/RS

TEMA: ANÁLISE DA CONJUNTURA: DESAFIOS ATUAIS DO SINDICALISMO

ORGANIZAÇÃO: SECRETARIA REGIONAL DA CNTI/SUL

do fortalecimento do sindicalismo brasileiro e do papel sindical na atualidade.

#Sindicalismo #Trabalhadores #MovimentoSindical
#DefesaDosTrabalhadores #CNTI80Anos
#UnidosSomosFortes #ClasseTrabalhadora

Centrais sindicais intensificam mobilização nacional e convocam manifestações para 30 de junho



As centrais sindicais NCST, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Intersindical, Pública e Fórum Sindical dos Trabalhadores convocaram trabalhadores, entidades sindicais e movimentos sociais para participarem das atividades programadas para o dia 30 de junho em todo o país.

A iniciativa faz parte da campanha nacional em defesa da redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários e pelo fim da escala de trabalho 6x1.

A definição da agenda ocorreu durante reunião entre representantes das centrais e de movimentos sociais, que discutiram ações para ampliar o engajamento popular e fortalecer a articulação política em torno das propostas em debate no Senado Federal.

As entidades também destacaram a necessidade de manter a unidade do movimento sindical para avançar em pautas consideradas prioritárias para a classe trabalhadora.

Mobilização e articulação política

Como etapa preparatória, as centrais orientam sindicatos, federações e demais organizações a utilizarem, no dia 29 de junho, a [plataforma Na Pressão](https://nappressao.org.br), disponível em nappressao.org.br. A ferramenta permite o envio de mensagens aos parlamentares em apoio às reivindicações dos trabalhadores.

ENCONTRO REGIONAL CNTI SUL

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) realiza, no próximo dia 25 de junho, em Porto Alegre (RS), o Encontro Regional CNTI Sul, reunindo lideranças sindicais, dirigentes e representantes da classe trabalhadora para debater os desafios e perspectivas do movimento sindical brasileiro.

Com o tema "Análise da Conjuntura: Desafios Atuais do Sindicalismo", o encontro será um espaço de diálogo, reflexão e construção de estratégias voltadas ao fortalecimento da representação dos trabalhadores diante das transformações políticas, econômicas, sociais e do mundo do trabalho.

Data: 25 de junho

Horário: 10h

Local: Rua Gaspar Martins, 451 – CEP 90220-160 – Bairro Floresta – Porto Alegre/RS

Participe deste importante momento de integração e debate em defesa dos direitos da classe trabalhadora,

**Brasília-DF, 25 de junho de 2026**

Outra orientação é que as entidades estaduais reforcem o diálogo com os senadores de seus respectivos estados, buscando ampliar o apoio às propostas relacionadas à redução da jornada e ao fim da escala 6x1.



Ainda no dia 29, as organizações sindicais deverão promover uma ampla divulgação do tema por meio de matérias, artigos e conteúdos informativos em seus canais de comunicação. A proposta é ampliar o debate público sobre os impactos positivos das mudanças nas condições de trabalho e na qualidade de vida dos trabalhadores.

No dia 1º de julho, o Senado Federal sediará uma audiência pública que reunirá cerca de 30 representantes de entidades sindicais, especialistas e integrantes de movimentos sociais. Durante o encontro, serão apresentados argumentos técnicos e sociais em defesa da redução da jornada de trabalho.

Também está prevista, na mesma data, uma reunião entre representantes das centrais sindicais e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. O encontro terá como foco o diálogo institucional e o acompanhamento da tramitação das propostas defendidas pelo movimento sindical.

Fonte: NCST

Senado promove debate sobre PEC do fim da escala 6x1 em 1º de julho

Discussão terá como objetivo avaliar os impactos sociais, econômicos e produtivos da redução da jornada de trabalho



Proposta aguarda despacho desde 28 de maio. Jonas Pereira/Agência Senado

O Plenário do Senado realizará no próximo dia 1º de julho uma sessão de debates temáticos para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC 221/2019), que prevê o fim da escala de trabalho 6x1.

A discussão terá como objetivo avaliar os impactos sociais, econômicos e produtivos da redução da jornada de trabalho no país, com especialistas, parlamentares e membros de diferentes setores.

Entre as entidades convidadas está a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). A confirmação foi dada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), durante sessão plenária no último dia 18.

"Este é o motivo de uma audiência pública tão relevante: ouvirmos todos aqueles que queiram ajudar a construir o entendimento em relação a esta matéria."

A PEC propõe a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, além da garantia de dois dias de descanso por semana, substituindo o modelo atual de seis dias trabalhados para um de folga. A implementação seria gradual, com prazo de transição de até 14 meses após a eventual promulgação da proposta.

Incertezas no Senado

Aprovada pela Câmara dos Deputados em 27 de maio, a proposta enfrenta um cenário de incerteza no Senado. Encaminhada à Casa no dia seguinte, a matéria permanece há quase 30 dias sem avanços formais.

Até o momento, a PEC não recebeu despacho da Presidência do Senado, não teve relator designado nem foi encaminhada a qualquer comissão. Também

**Brasília-DF, 25 de junho de 2026**

não há um calendário definido para sua tramitação. Enquanto não houver despacho, a proposta seguirá sem andamento efetivo na Casa.

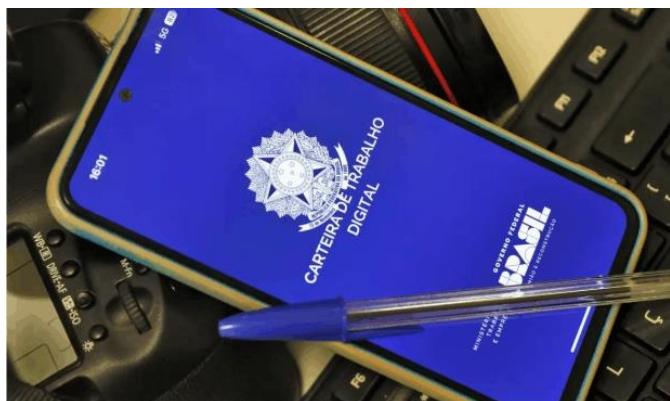
Em meio à falta de andamento da proposta, o Congresso tem semana esvaziada sem votações agendadas. O período entre 22 e 26 de junho é marcado por festas de São João e pelo jogo do Brasil na Copa do Mundo, na quarta-feira (24).

A baixa movimentação aumenta a pressão para a votação de matérias consideradas estratégicas, inclusive a PEC da 6x1, antes do início oficial do recesso parlamentar, previsto para começar em 18 de julho.

Fonte: Congresso em Foco

Brasil registra alta de 1,4 milhão de empregos em janeiro e fevereiro

Norte, Nordeste e Centro-Oeste crescem acima da média nacional



© Bruno Peres/Agência Brasil

Janeiro e fevereiro deste ano tiveram crescimento de 1 milhão e 400 mil novos empregos em todo o país. Com isso, o Brasil chegou a mais de 62 milhões e duzentos mil contratos ativos no segundo mês do ano, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Um crescimento de 3,6% em relação ao mesmo mês de 2025.

Esses dados são da Rais Mensalizada, divulgada nesta quarta-feira. É a Relação Anual de Informações Sociais. Os dados incluem informações de trabalhadores dos setores público e privado.

O Brasil tem quase 48 milhões de trabalhadores com carteira assinada e 13 milhões e 800 mil agentes públicos, entre servidores concursados, temporários e comissionados.

Em termos proporcionais, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram crescimento acima da

média nacional, enquanto Sudeste e Sul ficaram abaixo. No entanto, em termos absolutos, Minas Gerais e São Paulo lideraram a abertura de novos empregos.

Fonte: Agência Brasil

Mais de 37 milhões de trabalhadores cumprem jornadas acima de 41 horas semanais

Dados do Ministério do Trabalho mostram que 73,7% dos empregados com carteira assinada trabalham mais de 41 horas por semana no Brasil



Carteira de trabalho digital (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Um levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego divulgado nesta quarta-feira (24) revela que 37,11 milhões de trabalhadores com carteira assinada no Brasil cumprem jornadas superiores a 41 horas por semana. Os dados mostram que esses trabalhadores seriam beneficiados pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

De acordo com os dados do governo federal, os 37,11 milhões de trabalhadores nessa situação correspondem a 73,7% do total de 50,32 milhões de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) registrados em fevereiro deste ano. O levantamento abrange principalmente trabalhadores do setor privado, mas também inclui servidores públicos contratados sob o regime celetista.

Os números reforçam o debate em torno da redução da jornada de trabalho no país. Em maio, a Câmara dos Deputados aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a diminuição da carga horária semanal de 44 para 40 horas e abre caminho para o fim da escala de trabalho 6x1.

Segundo o levantamento do Ministério do Trabalho, a distribuição dos trabalhadores por faixa de jornada semanal é a seguinte:

- 37,11 milhões de empregados trabalham mais de 41 horas por semana;
- 9,24 milhões cumprem jornadas entre 31 e 40 horas semanais;

**Brasília-DF, 25 de junho de 2026**

- 2,16 milhões trabalham entre 21 e 30 horas por semana;
- 1,81 milhão exerce atividades por até 20 horas semanais.

A proposta aprovada pela Câmara estabelece uma implementação gradual da redução da jornada. Conforme o texto, a diminuição de quatro horas semanais ocorrerá em duas etapas. As duas primeiras horas deverão ser reduzidas em até dois meses após a promulgação da PEC. As duas horas restantes deverão ser implementadas em até 12 meses após a conclusão da primeira fase.

Fonte: Brasil247

FAT terá orçamento de R\$ 130 bilhões para fortalecer políticas de emprego e renda em 2027

Recursos aprovados pelo Codefat serão destinados ao Seguro-Desemprego, Abono Salarial, qualificação profissional, ações de emprego e financiamento de programas de desenvolvimento econômico pelo BNDES



Foto: Raquel Monteiro

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou, nesta terça-feira (23), a proposta orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para 2027, no valor de R\$ 130,03 bilhões. O montante representa um aumento de 8% em relação ao orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 (Lei nº 15.346), que é de R\$ 120,397 bilhões.

Para a promoção do trabalho digno, emprego e renda, foi alocado o total de R\$ 107,617 bilhões. Nessa programação estão inseridas políticas como o Abono Salarial, que receberá R\$ 34,760 bilhões, com estimativa de beneficiar 25,1 milhões de trabalhadores, e o Seguro-Desemprego, com R\$ 71,758 bilhões, atendendo aproximadamente 8,3

milhões de trabalhadores. Também foram destinados R\$ 450 milhões para a qualificação profissional, R\$ 117,12 milhões para o fomento à inclusão produtiva e R\$ 309 milhões para a gestão do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Conforme previsto na Constituição Federal, parte dos recursos orçamentários do FAT é destinada a programas de desenvolvimento econômico, operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para 2027, estão previstos repasses de R\$ 22,3 bilhões ao banco para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

A proposta orçamentária aprovada pelo Conselho para 2027 estima uma arrecadação total de R\$ 130,03 bilhões, composta por R\$ 96,80 bilhões provenientes da arrecadação de contribuições do PIS/Pasep, R\$ 32,8 bilhões em receitas financeiras e R\$ 456,10 milhões oriundos de outras fontes.

Livro 35 anos do FAT

Junto com a aprovação do orçamento para o próximo ano, foi lançado o livro "35 anos do FAT – Políticas de Emprego e Desenvolvimento Econômico no Brasil". A publicação apresenta, de forma acessível, a trajetória de construção das políticas de emprego no Brasil, o funcionamento do Fundo e os desafios para a sua sustentabilidade, contribuindo para qualificar o debate sobre o futuro do trabalho e da proteção social no país.

Ao lançar o livro, o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Chico Macena, ressaltou a importância de a sociedade conhecer o funcionamento do FAT para discutir o seu futuro. "Quando se observam os investimentos que foram feitos ao longo dos anos, no BNDES e na conta do trabalhador, temos que dizer: esse Fundo tem que ser preservado. É um instrumento estratégico para o desenvolvimento do país e para a sua soberania, devendo ser preservado e valorizado", destacou.

[Baixe o livro aqui.](#)

Sobre o FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é uma política pública de caráter constitucional destinada ao financiamento do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e de programas de desenvolvimento econômico. Com base em receitas provenientes do PIS/Pasep, o Fundo também apoia ações de qualificação profissional e serviços públicos de emprego, configurando-se como um dos pilares do sistema de proteção ao trabalho no Brasil.

Fonte: MTE